

## APRESENTAÇÃO

### **Desafios e resistências no Brasil contemporâneo através da atuação do Comitê de Gênero e Sexualidade da Associação Brasileira de Antropologia**

*Heloisia Buarque de Almeida*

*Carlos Eduardo Henning*

Os últimos anos têm sido particularmente complexos e desafiadores para as investigações e os ativismos relacionados às questões de gênero e sexualidade no Brasil. Se considerarmos apenas os últimos dez anos, o país experimentou um turbilhão de acontecimentos significativos em termos histórico-culturais, econômicos, políticos e nos regimes de moralidades: as enormes manifestações populares em 2013; o golpe que retirou Dilma Rousseff, a primeira presidenta eleita do país, em 2016; a ascensão da extrema direita ao Poder Executivo em 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro; a criação de pânicos morais baseados em *fake news* acerca

de questões vinculadas a gênero e sexualidade e os anos de pandemia da covid-19. Mais recentemente, as sérias e crescentes ameaças à manutenção do Estado Democrático de Direito vindas de grupos ultradireitistas no contexto das eleições de 2022 que culminaram com a nova vitória eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Isso apenas para citar algumas das inúmeras questões que mobilizaram e tensio-naram as análises e os ativismos em questão.

Com essa conjuntura em mente, esta coletânea é um dos resultados dos trabalhos realizados pelo Comitê de Gênero e Sexualidade da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) no biênio 2019-2020 sob a coordenação de Heloisa Buarque de Almeida (USP) e vice-coordenação de Carlos Eduardo Henning (UFG). O Comitê em questão foi criado na ABA, a partir do GT de Sexualidade e Gênero, no ano de 2011 e, desde então, passou por cinco coordenações e formações com membros de variadas instituições de todas as regiões do país. Tal instância vem há anos mobilizando, instigando e produzindo iniciativas que envolvem, entre outras questões, a organização de seminários, mesas-redondas, simpósios temáticos, entre outros eventos acadêmicos e extra-acadêmicos relacionados a gênero e sexualidade no Brasil.

Além disso, os comitês mais recentes criados na ABA, enquanto instâncias assessoras da presidência, têm tido um papel político central na luta por direitos humanos a partir desta associação, numa posição que clama as antropólogas e antropólogos a performarem enquanto intelectuais públicos. Desse modo, desde sua criação, o Comitê esteve atento e atuante quanto aos grandes debates que surgiram perio-

dicamente na arena política nacional, procurando incidir de modo assertivo seja junto ao âmbito acadêmico e a órgãos como o Ministério Público e a Secretaria de Direitos Humanos, seja junto à opinião pública.

Essa incidência se deu, dentre outras maneiras, através da participação ou do apoio a atos e manifestações em prol de justiça social, da defesa dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e de pessoas LGBTQIA+, assim como dos direitos sexuais e reprodutivos. Nessa direção, o Comitê desde então – e particularmente ao longo do biênio 2019-2020 – produziu várias notas públicas, assim como as moções aprovadas na Reunião Brasileira de Antropologia na demanda por respeito aos direitos humanos associados a gênero e sexualidade. Tais produções vêm ao encontro da perspectiva atuante da associação na defesa dos direitos humanos e de múltiplos grupos minoritários.

Ao longo das atividades – sobretudo considerando a nefasta atuação do Governo Bolsonaro (2019-2022) –, foi preciso estarmos atentas/os, reagindo, resistindo e respondendo de diversas maneiras a uma enxurrada de ataques, polêmicas, *fake news* e tentativas de retirada de direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, provenientes, muitas vezes, de ministérios e órgãos de governo que supostamente deveriam defendê-las. Aliás, parte da resposta extenuante formulada pelo Comitê à incessante interpelação ultrac conservadora e reacionária pode ser acessada e lida neste livro através da reunião das notas de repúdio e das moções – quase sempre redigidas no calor do momento – produzidas ao longo dos dois anos em questão. Outra parte se desdo-

brou no Simpósio da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) e nesta coletânea.

Organizamos na 32ª RBA, em 2020, no contexto de uma reunião *online* e assombrados pela pandemia, o Simpósio Especial “Desafios e Resistências no campo de Gênero e Sexualidade no Brasil Contemporâneo”. Quanto a essa iniciativa, agradecemos a Regina Facchini (Unicamp) pela sugestão do título e o apoio na construção do simpósio, pois foi em conversas com ela que conseguimos construir a proposta. Regina assumiu a coordenação do comitê no ano seguinte, com Ana Paula da Silva como vice-coordenadora, para o biênio 2021-2022. Esta coletânea, por fim, desdobrou-se, a partir do simpósio, de uma ideia advinda de Carlos Eduardo Henning.

Agradecemos, por fim, ao apoio crucial para a realização desta obra advinda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Goiás (UFG) pelo seu financiamento integral através de recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Agradecemos também ao apoio inestimável da Presidência e Vice-Presidência da Associação Brasileira de Antropologia nas gestões 2019-2020 (Maria Filomena Gregori e Sérgio Luís Carrara), 2021-2023 (Patrícia Birman e Cornelia Eckert) e 2023-2024 (Andréa Zhouri e Sônia Magalhães). Os mesmos agradecimentos se estendem aos trabalhos da Comissão Editorial de Livros Científicos da ABA (Celca), que contribuíram para a materialização desta obra.

A coletânea de capítulos aqui reunidos logrou reunir um conjunto amplo, diverso e multifacetado de autorias. Estão in-

cluídos/as nesta obra pesquisadoras e pesquisadores de todas as regiões do Brasil, assim como de variadas gerações e identidades de gênero, sexuais, étnicas e raciais. Ademais, em termos temáticos, partindo inicialmente do mesmo título do simpósio, buscamos construir uma coletânea baseada em duas grandes chaves. Dois convites distintos foram feitos a colegas, pois a proposta inicial talvez resultasse em dois livros.

Por um lado, buscamos reunir textos que tratassem de análises “quentes” da conjuntura política daquele momento, após a eleição de Bolsonaro, e manteríamos o título acerca de “desafios e resistências”. Assim, sabíamos de colegas que estavam refletindo sobre movimentos como “Escola sem Partido” e as propostas no Plano Nacional de Educação em casas legislativas estaduais e municipais de retirar totalmente o termo “gênero” das políticas públicas. Em tempos esquisitos, estávamos muitas/os de nós antropólogas/os observando com aflição esse ataque ao nosso próprio campo de estudos, agora nomeado pela extrema direita de “ideologia de gênero”. Sabíamos que era preciso reagir e refletimos e elaboramos sobre isso particularmente no simpósio da 32ª RBA. Esta chave temática se materializou na primeira parte da chamada de capítulos aqui reunidos.

Por outro lado, convidamos colegas que trouxessem também um panorama da diversidade de pesquisas e abordagens antropológicas sobre gênero e sexualidade no Brasil, com foco especificamente nas investigações com abordagens interseccionais, atentas aos atravessamentos dos marcadores sociais da diferença. A ideia era mostrar a qualidade e densidade das pesquisas como parte de nossa tarefa de

resistência no campo científico: a despeito de todos os ataques, continuaremos a falar em gênero e sexualidade! Mantivemos a postura da ABA de defesa dos direitos humanos ao permitir uma ciência com posturas políticas explícitas em favor dos direitos dos grupos minoritários, como mulheres, pessoas LGBTQIA+, pessoas racializadas, entre outros.

Desse modo, no primeiro grupo, encontram-se ensaios que apresentam modos de compreensão da conjuntura política do gênero em temas que foram candentes e polêmicos. Um primeiro bloco deste grupo pode ser analisado nos embates em torno do *antigênero*, como ficou conhecido internacionalmente, ou da promoção da ideia de “ideologia de gênero”, que foi o termo que predominou no contexto brasileiro.

Nesse sentido, o capítulo de Sônia Weidner Maluf, *Políticas da família, neoliberalismo e conservadorismos no Brasil*, faz um apanhado geral do retrocesso após o golpe de 2016 nos campos do gênero e da sexualidade. Para tanto, explora a categoria de “família natural” que se revela no discurso conservador do governo Bolsonaro e como em torno dela se produzem propostas em uma crescente retirada de direitos. Gênero e sexualidade se tornam eixos centrais das políticas do governo e do legislativo, e Maluf demonstra como as ações se coadunam com uma proposta neoliberal de redução do Estado.

Já o capítulo de Fabíola Rohden, *Alguns vetores e tensões das disputas “antigênero” no cenário internacional e brasileiro*, reflete sobre o movimento que promove a categoria “ideologia de gênero” e como através dele se deu um ataque aos direitos sexuais e reprodutivos. Remontando às suas origens

internacionais e como se adequou ao Brasil, destaca como gênero e sexualidade tornaram-se um idioma político central no embate entre religião e direitos sexuais e reprodutivos. Também aqui se remete ao uso do termo “natural”, por atores do campo religioso, como modo de defender uma postura que não seria religiosa, mas científica, de ataque ao termo “gênero”.

Em *“Meu filho, minhas regras”*: *pânicos morais, direitos sexuais e o projeto neoliberal de educação na cidade de Londrina (PR)*, Martha Ramírez-Gálvez, Lara Facioli e Luci Ribeiro abordam o debate público e na Câmara Municipal de Londrina, no Paraná, sobre “ideologia de gênero”, promovido a partir de pânicos morais em torno da família e da infância. Aqui, o foco no caso local no estado do Paraná, de Câmara Legislativa também conservadora, retoma os efeitos de adequação dos planos municipais ao Plano Nacional de Educação de retirada do termo gênero de seus documentos e de sua relação com o projeto neoliberal do estado na educação.

Um argumento semelhante aparece no capítulo *Gênero, educação e ciência em um campo minado: reflexões feministas em tempos de cruzadas antigênero*, que examina mais detalhadamente os ataques às escolas em sua relação com o negacionismo científico. Nesse capítulo, Érica Renata de Souza, Anna Paula Vencato e Marko Synésio Alves Monteiro notam como o ataque às escolas se dá na suposta defesa da família, na proposta de *homeschooling*, no discurso antigênero e é acompanhado do negacionismo científico e do desmonte crescente de políticas científicas.

Também nesse primeiro grupo, encontra-se *O gênero e o fim do mundo: ofensivas antigênero no Brasil*, de Flávia Melo. Em seu capítulo, a autora demonstra como as questões de gênero e sexualidade adquiriram crescente importância na política brasileira contemporânea, em especial a partir do contexto de emergência da categoria que distorce o conceito de gênero, propagando formas de pânico moral com expressiva influência na vida política brasileira. Flávia se mantém atenta em sua análise também ao fenômeno como tendo um caráter transnacional, borrando fronteiras em sua circulação de discursos, categorias e pânicos morais.

Por fim, finalizando a primeira parte, o capítulo *Cruzada sexogenérica e a arte como regime de moralidade: reflexões a partir do Queermuseu*, de autoria de Jorge Leite Junior e Vi Grunvald, analisa uma série de polêmicas e disputas que tomam a arte como lócus para construção de argumentos relativos a padrões sociais e morais prescritivos contemporâneos. Para tanto, examinam o que chamam de “pânico sexogenérico” e “cruzada sexogenérica” no contexto da exposição *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira*, realizada em 2017 na cidade de Porto Alegre/RS.

Por sua vez, o segundo bloco de capítulos – que é a porção majoritária desta coletânea – é também representativo de parte da enorme diversidade de pesquisas e abordagens antropológicas atuais sobre gênero e sexualidade em inter-relação com outros marcadores sociais das diferenças no Brasil. Com múltiplas abordagens e temáticas, esse bloco de trabalhos se conecta a variados atravessamentos dos mar-

cadres sociais em pesquisas antropológicas, em algumas vezes, com abordagens interseccionais.

Nesse segundo bloco, algumas temáticas se destacam, como: arte e agenciamentos políticos, processos de racialização conectados a gênero e/ou sexualidade e, por fim, etnografias que mobilizam curso da vida, envelhecimento, velhice, gênero e sexualidade.

Abordando análises que mobilizam a “arte” como campo de tensões políticas de gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo, Lêda Figueiró de Oliveira e Glauco B. Ferreira, no capítulo *Da urgência da Arte Travesti: resistências entre tradições e contradições*, narram os bastidores e os processos de produção de um filme protagonizado, coescrito e codirigido, em 2021, pela artista Tita Maravilha em colaboração com Bruno Victor e Izzy Vitória. Tal filme endereça a Festa do Divino Espírito Santo, uma tradicional manifestação popular na cidade de Pirenópolis, no interior do estado brasileiro de Goiás. No capítulo, são analisados conflitos e disputas na produção em torno do fato de que Tita Maravilha é pirenopolina, artista e travesti que buscava explorar naquele trabalho audiovisual a sua relação pessoal com a festa, sua cidade natal e suas relações familiares e afetivas. Parte da equipe de produção do filme era constituída por outras artistas travestis – como Lêda Figueiró de Oliveira, uma das autoras do capítulo –, e o texto elabora e propõe uma “urgência da Arte Travesti”.

Por sua vez, dentre os capítulos que apresentam análises sobre tensionamentos relativos a processos de racialização conectados a gênero e/ou sexualidade, está *Raça, gênero*

e *pandemia no Brasil: vidas e números*, de Isadora Lins França e Gustavo Rossi. No texto, os autores produzem uma análise à luz da contribuição dos feminismos negros em articulação com trabalhos que trataram das intersecções entre raça, gênero e trabalho no Brasil, com foco nas profissionais de saúde e no trabalho doméstico. Para tanto, mobilizam a discussão acerca da precariedade da vida e do trabalho de populações pobres e negras no Brasil, conectada à experiência da pandemia de covid-19, sobretudo no que diz respeito às mulheres pobres e negras, domésticas e profissionais de saúde.

Outro capítulo que produz um diálogo estreito com questões e teorias dos feminismos negros é "*Combinamos de não morrer*": *pensamento feminista negro e questões de direitos humanos*, de autoria de Luciana de Oliveira Dias. Em seu texto, a autora procura contextualizar os contornos de um pensamento feminista negro tal qual vem se expressando no Brasil, ao mesmo tempo que se constata que os feminismos negros têm se tornado uma forma significativa de resistência propositiva às violações de direitos humanos de mulheres negras brasileiras. O lócus da análise da autora é a universidade como um espaço de produção de conhecimentos que tem se tornado, nas últimas décadas, progressivamente mais plural no que se refere a sua composição social em termos de pertencimentos étnico-raciais.

No capítulo *Masculinidades negras e antinegitude*, de Os mundo Pinho, o autor elabora sobre a constituição do campo das masculinidades negras no Brasil como uma práxis, uma clínica e também como um campo de atuação crítica. Pinho procura explorar as interpretações acerca da produ-

ção da heterossexualidade negra normatizada e as formas do que chama de “performance da própria negritude, como uma condição especular, vivida, ou fabulada, no mundo antinegro”, em especial no debate sobre as relações entre o homem negro e a mulher branca.

Mílton Ribeiro, por sua vez, no capítulo *Encruzilhadas de memórias LGBT em contextos pandêmicos, ou sobre duas histórias de solidão e confinamento*, procura considerar uma aproximação entre a epidemia de HIV/aids e a pandemia de covid-19 a partir da análise de duas sequências de mensagens que circularam no Twitter no ano de 2020. Para tanto, ele reflete sobre as narrativas escolhidas na sua intersecção com gênero, sexualidade, geração e raça. As duas narrativas examinadas são atravessadas por perspectivas e anseios distintos quanto a tempo e espaço, o que se torna um ponto de inflexão para refletir sobre as memórias de pessoas LGBT acerca das epidemias de HIV/aids e da covid-19.

Trazendo uma outra discussão e saindo do debate sobre raça em conexão com outros marcadores sociais, no capítulo *Silêncios impostos, estupros em família: sobre mães solteiras e “crias” espúrias*, Jane Felipe Beltrão analisa a história de duas mulheres – mãe e filha – que revela segredos vividos por uma “mãe solteira” na primeira metade do século XX, em Belém do Pará. A autora, então, retoma em sua análise questões sobre violência sexual no Brasil, revendo os modos de culpabilização das vítimas, regimes de moralidade com relativa perenidade e as estratégias familiares usadas para garantir a honra da família, em particular no debate

sobre estupro, silenciamentos e crianças descendentes de relações não consentidas.

Por fim, o último conjunto de capítulos desse bloco elabora análises sobretudo relacionadas a curso da vida, sexualidade e envelhecimento. Nessa chave, no capítulo *Envelhecimento e homossexualidade masculina em pesquisas antropológicas brasileiras: corpos, sexualidades e relacionamentos*, Júlio Assis Simões produz um ensaio em que analisa um conjunto de investimentos etnográficos realizados no cruzamento entre envelhecimento e homossexualidade masculina a partir da própria experiência e pesquisa em perspectiva com a de outros pesquisadores mais jovens que se dedicaram a relacionar tais temas.

Em direção congênere, Mauro Brigeiro e Guita Grin Debert, no capítulo *A gestão do envelhecimento e a sexualidade: revisitando imagens e narrativas*, retomam suas reflexões anteriores sobre desejo, erotismo e sexualidade na velhice em novas elaborações. Os autores problematizam determinados valores e moralidades contextuais sobre sexualidade na velhice e que indicam transformações e permanência nos modos pelos quais a periodização do curso da vida e a sexualidade têm sido debatidas, repensadas e representadas. Para tanto, analisam campanhas publicitárias do Reino Unido que estimulam a ressignificação da sexualidade e de suas práticas na velhice como algo positivo e almejado, oferecendo, ao fim, elementos que contestam e problematizam pressupostos essencialistas e universalizantes muito presentes na definição da conexão entre envelhecimento e a permanência da vida sexual ativa.

Tendo em mente essa apresentação do conjunto de capítulos reunidos nesta coletânea, é possível afirmar que essas e outras atuações contribuíram e continuam a contribuir para o incentivo à criação, desenvolvimento e produção de conhecimentos e de investigações contemporâneas sobre gênero e sexualidade conectados a outros marcadores sociais das diferenças, como raça, classe, idade, geração, corporalidade, religiosidade, entre outros.

Por fim, no momento em que elaboramos este texto, a Organização Mundial da Saúde (OMS) tinha declarado o fim da emergência global da pandemia da covid-19 após um assombroso número de vítimas: mais de 700 mil mortes no Brasil e uma estimativa de milhões em todo o mundo. Esta obra, portanto, foi redigida a muitas mãos e está enraizada em uma temporalidade profundamente complexa, difícil e desafiadora. Em produção desde o início de 2021, em meio às devastadoras ondas da pandemia de covid-19, ela se encerra em outra conjuntura, vista como “pós-pandêmica” e com uma nova configuração política no Poder Executivo brasileiro. Apesar dos desafios e dificuldades, logramos aqui apresentar um conjunto complexo, dinâmico e instigante de reflexões, ensaios e investigações, em especial de cunho etnográfico, redigidas ao longo dos últimos anos sobre o conjunto multifacetado de desafios e resistências em termos de gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo. Aproveitem a leitura!